



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE

PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Processo Administrativo n.º 23197.027289.2015-44)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT) – Campus São Vicente, sediado à Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Campo Verde – MT, CEP 78.106-970, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 06/02/2017

Horário: 09:30 Horas (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender MÁQUINAS, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS pertencentes ao IFMT – Campus São Vicente, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa e Juina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. O órgão gerenciador será o IFMT – Campus São Vicente (UASG 158335).

2.2. *São participantes os seguintes órgãos:*

2.2.1. IFMT – Campus Campo Novo do Parecis (UASG 158492);

2.2.2. IFMT Campus Cáceres (UASG 158334);

2.2.3. IFMT Campus Juína (UASG 158493);

2.2.4. IFMT Campus Confresa (UASG 158496).

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. *A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.*

3.2. *Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

3.3. *As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

3.4. *As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.*

3.5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*

3.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*

3.6.1. *Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.*

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
 - 5.1.1. Em relação aos itens 10, 11 e 12 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 5.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 5.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 5.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 5.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 5.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.1.1. Nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.3.1.2. Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” , apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;..

5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico no campo “valor unitário” para os **itens 1, 4, 7, 10 e 13: o valor unitário**, correspondente aos serviços de uma **unidade de taxa de administração**. Ressalta-se que somente haverá

cobrança da taxa de administração para aqueles equipamentos efetivamente mantidos, limitada a uma unidade de taxa mensal por equipamento, independente da quantidade de manutenções sofridas durante o mês.

- 6.6.2. O valor da taxa de administração deve estar inclusos todos os tributos, impostos, custos, tarifas, materiais, equipamentos e demais despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação;
- 6.6.3. Os lances deverão ser ofertados em reais, sendo que a proposta final deverá ser limitada a duas casas decimais depois da vírgula;
- 6.6.4. Para os **itens 2, 5, 8, 11 e 14**, a licitante deverá lançar o **valor unitário previsto**, sendo que a proposta final e o valor unitário deverá ser limitado a duas casas decimais depois da vírgula, valor unitário do item;
- 6.6.5. Para os **itens 3, 6, 9, 12 e 15** e, a licitante deverá lançar o **percentual de desconto sobre o valor unitário previsto**, sendo que a proposta final para o valor da porcentagem de desconto terá seu limite máximo a quatro casas decimais e o valor unitário deverá ser limitado a duas casas decimais depois da vírgula.
- 6.6.6. A licitante deverá descrever detalhadamente, no campo “Descrição Complementar”, a especificação divergente entre o serviço ofertado e o solicitado no anexo I do edital.
- 6.6.7. Descrições com a informação “**CONFORME O EDITAL**” ou equivalente serão sumariamente desclassificadas, por não oferecerem informações mínimas a respeito do objeto.
- 6.6.8. Somente no caso do número de caracteres estabelecidos pelo sistema para o campo “Descrição Complementar” não venha a ser suficiente para a descrição detalhada do objeto, deverá ser incluído no final da redação da especificação do material a expressão “**CONFORME O EDITAL**”.

6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na

data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as *especificações técnicas exigidas no Termo de Referência*.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. ***Os itens 1, 4, 7, 10 e 13 não são objetos de disputa de lances.***

7.5.2. O lance deverá ser ofertado separadamente para os itens 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 14 e 15. Devendo os licitantes informar o valor em R\$ (reais) da taxa de desconto sobre os valores estimados.

7.5.3. ***Não serão aceitos lances superiores aos valores estimados para os itens 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 14 e 15.***

- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 7.7. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 20 (vinte) segundos.*

7.7.1. *Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.*

7.7.2. *Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.*

- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a

vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

- 7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.15. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 7.18.1. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de

apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.19. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.19.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*

8.3. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor cujo percentual de desconto seja inferior ao mínimo exigido ou torne o preço do objeto manifestamente inexequível.*

8.4. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 02 (duas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e

formalmente aceita pelo Pregoeiro.

- 8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.12. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.13. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade

administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, nas condições seguintes:

9.4. **Habilitação jurídica:**

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que

comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.5.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. Em relação aos itens 10, 11 e 12, os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.6.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.6.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente;

9.6.5. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.6.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

9.6.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição

por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.6.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.6.5.3.1. A declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.6.6. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.6.6.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

9.6.6.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.6.6.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cpl@svc.ifmt.edu.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 05 (cinco) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail..

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

- 9.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.10. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 9.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.13. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- 10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

- 10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 10.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- 11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 11.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 11.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

- 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 07 (sete) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura

da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

15.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

15.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

15.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

- 15.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.
- 15.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 15.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 15.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 15.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 15.9. Será considerada extinta a garantia:
- 15.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 15.9.2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

16. DO TERMO DE CONTRATO

- 16.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
- 16.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 16.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17. DO REAJUSTE

- 17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
- 17.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 20.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 20.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
- 20.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 20.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 20.6.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 20.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 20.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 20.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 20.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 20.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 20.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 20.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 20.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

22.1.2. Apresentar documentação falsa;

22.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.5. Não mantiver a proposta;

22.1.6. Cometer fraude fiscal;

22.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

22.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

22.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@svc.ifmt.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no IFMT – Campus São Vicente, no endereço: Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Campo Verde - MT, seção de PROTOCOLO.

23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Campo Verde - MT, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.10.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

24.10.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

24.10.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta

24.10.5. ANEXO VII - Declaração de contratos firmados com a iniciativa Privada e a Administração Pública;

São Vicente da Serra - MT, 12 de janeiro de 2017.

AMARILDO POLETTI DA SILVA

Pregoeiro

JOSÉ LUIZ DE SIQUEIRA

Diretor-Geral – IFMT – Campus São Vicente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 23197.027289.2015-44)

25. DO OBJETO

25.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender MÁQUINAS, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS pertencentes ao IFMT – Campus São Vicente, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa e Juína., conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:

25.2. Demanda estimadas e os valores limites:

<i>Demanda Campus São Vicente - Gerenciador</i>					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.
1	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus São Vicente.		150	34,87	5.230,50
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado

2	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente.	Horas	600	155,00	93.000,00
3	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente	KIT	12	11.243,62	134.923,44

<i>Demanda Campus Campo Novo do Parecis - Participante</i>					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.
4	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus Campo Novo do Parecis.		150	34,87	5.230,50
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
5	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Campo Novo do Parecis.	Horas	600	155,00	93.000,00
6	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Campo Novo do Parecis	KIT	12	11.243,62	134.923,44

<i>Demanda Campus Confresa - Participante</i>					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.
	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e				

7	acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus Confresa.		150	34,87	5.230,50
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
8	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Confresa.	Horas	600	155,00	93.000,00
9	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Confresa	KIT	12	11.243,62	134.923,44

Demanda Campus Juína - Participante					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.
10	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus Juína.		150	34,87	5.230,50
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
11	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Juína.	Horas	80	155,00	12.400,00
12	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Juína.	KIT	4	11.243,62	44.974,48

Demanda Campus Cáceres - Participante					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.
13	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus Cáceres.		150	34,87	5.230,50
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
14	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Cáceres.	Horas	600	155,00	93.000,00
15	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus Cáceres	KIT	12	11.243,62	134.923,44

25.3. Devido à modalidade ser registro de preço a disputa é o valor unitário, conforme segue abaixo:

25.4. Para os itens 1, 4, 7, 10 e 13, deverá ser ofertado em reais, sendo que a proposta final para a taxa de administração deverá ser limitada a duas casas decimais depois da vírgula, e não serão objetos de disputa de lances, sendo que, a licitante deverá lançar o valor unitário da taxa de administração. Ressalta-se que somente haverá cobrança da taxa de administração para aqueles tratores, máquinas e implementos agrícolas efetivamente mantidos, limitada a uma unidade de taxa mensal por unidade, independente da quantidade de manutenções sofridas durante o mês pelo mesmo.

25.5. Os valores dos itens 1, 4, 7, 10 e 13, deverá ser ofertado em reais, sendo que a proposta final para a taxa de administração deverá ser limitada a duas casas decimais depois da vírgula.

25.6. Para os itens 2, 5, 8, 11 e 14, a licitante deverá lançar o percentual de desconto sobre o valor unitário previsto, sendo que a proposta final para o valor da porcentagem de desconto terá seu limite máximo a quatro casas decimais e o valor unitário deverá ser limitado a duas casas decimais depois da vírgula.

25.7. Para os itens 3, 6, 9, 12 e 15 e, a licitante deverá lançar o percentual de desconto sobre o valor unitário previsto, sendo que a proposta final para o valor da porcentagem de desconto terá seu

limite máximo a quatro casas decimais e o valor unitário deverá ser limitado a duas casas decimais depois da vírgula.

- 25.8. A pesquisa de preço dos itens objeto dessa licitação foi feita através de cotação diretamente com fornecedores, conforme itens IV e I do art. 2º da IN 05/2014 do MPOG.
- 25.9. Devido a dificuldade de obtenção de orçamento da taxa de administração foi tomado como base o valor referente ata de registro de preço do Pregão 09/2015 da UASG 158493 como valor de referência.
- 25.10. Não foi possível obter referências de preços seguindo os itens II e III do art. 2º da IN 05/2014 do MPOG, sendo assim, optou-se pela pesquisa direta com fornecedores.
- 25.11. Da justificativa para grupo único
- 25.12. Os serviços contratados foram agrupados por grupo apenas para viabilizar a contratação nos moldes da metodologia de gerenciamento, trata-se de apenas um único objeto: “Serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva”.
- 25.13. A contratação na modalidade global/lote encontra-se justificada, portanto, na necessidade de se garantir a perfeita execução dos serviços associando a prestação da mão de obra com o fornecimento das peças e gerenciamento da rede credenciada.
- 25.14. Portanto, cada grupo é formada por três itens, apenas para viabilizar a contratação, garantindo o devido empenho das despesas relativas à futura contratação.

26. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 26.1. A elaboração de um processo a parte para manutenção de tratores, máquinas e implementos agrícolas, ou seja, separado da manutenção de automóveis, possibilitará que tais serviços sejam realizados por empresas do setor, garantindo maior qualidade e especificidade nos serviços executados. Além disso, a manutenção de tratores, máquinas e implementos agrícolas é extremamente importante para um bom andamento do Campus, no que se refere a aulas práticas, experimentos, projetos didáticos, bem como manutenção das atividades inerentes aos setores do departamento de produção.
- 26.2. Com a evolução da indústria de tratores, máquinas e implementos agrícolas, cada vez mais sofisticados, os quais exigem mão de obra especializada, o que muitas vezes não é encontrada nas oficinas contratadas na modalidade contratação direta, havendo a necessidade constante de terceirização desses serviços.
- 26.3. Da justificativa da adoção do gerenciamento de frota
- 2.3.1. A gestão compartilhada de frota traz como principal característica a opção de serem credenciadas empresas que atuam nos diversos setores da manutenção especializada, sem a necessidade de subcontratações, o que acarreta a incidência encargos fiscais desnecessários. Além disso, oferece a opção de delegar aos Diretores dos Campi do IFMT a gerência operacional das manutenções de sua própria frota, gerando maior eficiência e controle.
- 2.3.2. A contratação direta com um grande número de oficinas representaria desperdício de recursos pela manutenção de inúmeros instrumentos contratuais formalizados. Além disso,

tornariam inviáveis o gerenciamento efetivo e a padronização de procedimentos, tanto pela quantidade de contratações a serem realizadas, quanto pela estrutura das oficinas cujo aparato tecnológico está aquém das necessidades do órgão. Como consequência, teríamos uma manutenção off-line, que representa o principal motivo de inconsistências, aliado à impossibilidade de previsão de gastos em cada estabelecimento, que poderia comprometer a expectativa de vantajosidade.

2.3.3. Primando-se pela otimização da qualidade no trato com o bem público, com estreita observância de critérios e mecanismos geradores de maior eficiência, celeridade e economicidade, é possível almejar o alcance dos seguintes resultados:

2.3.3.1. Controle, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados;

2.3.3.2 Reduzir os custos e aprimorar a qualidade dos serviços que envolvem a manutenção e funcionalidade da frota tratores, máquinas e implementos agrícolas;

26.4. Da justificativa para registro de preço:

2.4.1 Em que pese a realização de manutenção preventiva nos tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus São Vicente e participantes, com a troca periódica das peças desgastadas, observa-se, ao longo dos anos, que o maior dispêndio orçamentário deu-se em razão da necessidade de manutenções corretivas e reparações não previstas, originadas pelo uso dos equipamentos.

2.4.2 A natureza dos serviços em tela não permite o estabelecimento de um valor exato a ser gasto com manutenção dos equipamentos, haja vista a imprevisão de sinistros envolvendo os tratores, máquinas e implementos agrícolas, demandando gastos mais ou menos onerosos, de acordo com o dano verificado.

2.4.3 A escolha pelo sistema de registro de preço está embasada no inciso IV, do artigo 3º do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, o qual prevê a hipótese de registro de preço quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

26.5. Da justificativa para grupo único

2.5.1 Os serviços contratados foram agrupados apenas para viabilizar a contratação nos moldes da metodologia de gerenciamento, trata-se de apenas um único objeto: serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva.

2.5.2 A contratação na modalidade por grupo encontra-se justificada, portanto, na necessidade de se garantir a perfeita execução dos serviços associando a prestação de mão de obra com o fornecimento das peças e gerenciamento da rede credenciada.

2.5.3 Portanto, o grupo é formada por três itens, apenas para viabilizar a contratação garantindo o devido empenho das despesas relativas a futura contratação.

27. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

27.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997,

constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

- 27.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

28. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 28.1. Para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência a CONTRATADA deverá implantar e operacionalizar, junto à CONTRATANTE, um sistema informatizado via internet - web, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela CONTRATADA, para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus São Vicente e Participantes, propiciando à CONTRATANTE gestão e controle detalhado das informações.

- 28.2. A Gestão compartilhada da manutenção dos tratores, máquinas e implementos agrícolas, gerida pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreende o atendimento; orçamento detalhado das peças; componentes, produtos e serviços especializados especificados neste Termo de Referência, e os demais itens necessários à plena manutenção dos tratores, máquinas e implementos agrícolas da CONTRATANTE, observadas todas as MARCAS/MODELOS de cada FABRICANTE, e restauração do bem às condições de segurança, nos diversos estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, devendo a empresa vencedora do certame licitatório:

- 28.2.1. Credenciar, junto ao IFMT Campus São Vicente e Participantes, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, conforme item 6 deste termo.
- 28.2.2. Disponibilizar acesso ao Sistema AUDATEX ou outro instrumento hábil similar, que é uma ferramenta que possibilita que o gestor/fiscal efetue consulta on line, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão.
- 28.2.3. Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e todos os demais serviços e materiais objeto deste Termo de Referência, tenha como parâmetro máximo o preço à vista descrito na tabela de preço, acrescido do desconto ofertado pela licitante. Os valores da tabela serão aferidos através do sistema AUDATEX ou similar.
- 28.2.4. Garantir que a quantidade de TMO – Tempo de Mão de Obra prevista pela rede credenciada corresponda à adotada pelo fabricante da marca, também descrita no sistema AUDATEX ou similar. Sendo que o desconto da proposta vencedora será aplicado linearmente sobre o valor de TMO – Tempo de Mão de Obra praticado pelas concessionárias autorizadas de cada marca dos tratores, máquinas e

implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente e Participantes.

4.3. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, cartões, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da CONTRATADA, cujo custo insere-se no valor da taxa de Administração da proposta vencedora, não cabendo qualquer ônus adicional ao IFMT Campus São Vicente e Participantes, não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela CONTRATANTE.

4.3.1 Caso a CONTRATADA opte para o uso de equipamentos periféricos e cartões eletrônicos, junto com a implantação do sistema previsto neste termo, deverá fazê-lo nas quantidades necessárias ao pleno funcionamento e sem custo para a CONTRATANTE.

4.4 Entende-se por máquinas e implementos agrícolas do IFMT, objeto da prestação dos serviços descritos neste termo, os seguintes:

a) Tratores, roçadeiras de tração, plantadeiras, pulverizadores, roçadeiras manual motorizada, pulverizadores de barra, grade aradora, motosserras, furadeiras de cercas, caldeiras, motores estacionários e geradores de energia.

b) Outros tratores, máquinas e equipamentos agrícolas que venham a ser acrescentados ou substituídos;

29. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

29.1. Da Rede Credenciada:

29.1.1. A CONTRATADA deverá credenciar oficinas, nas imediações dos Campus do IFMT conforme tabela abaixo;

29.1.2. Além dos locais indicados no **item 5.1.1** deste termo, a CONTRATADA deverá credenciar e tornar disponível, mediante solicitação da CONTRATANTE, outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus São Vicente e Participantes, em todo o território nacional e em especial em todas as localidades onde houver unidades do IFMT, sempre que houver interesse do IFMT, observados os critérios estabelecidos neste item e seus subitens. O prazo para credenciamento será de 15 (trinta) dias corridos, a contar da solicitação da unidade gestora;

29.1.3. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela CONTRATADA deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos especializado e fornecimento de peças e acessórios originais. Deverão ser **priorizadas** empresas que atendam à rigorosa observância à legislação ambiental aplicável às suas atividades, conforme IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, destacando-se os seguintes critérios: Certificado de Licenciamento Ambiental, composto de Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), conforme Art. 18 da Resolução; CONAMA 237/97, Art. 18 e 19 da Lei Complementar 232/2005.etc.

- 29.1.4. A CONTRATADA deverá providenciar, sempre que solicitado pelo IFMT Campus São Vicente, o credenciamento de algum novo estabelecimento, caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou, ainda, caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites máximos estabelecidos neste Termo de Referência e proposta da licitante vencedora, ou ainda por quaisquer outras questões técnicas ou operacionais.
- 29.1.5. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela CONTRATADA deverão proceder a entrega ao usuário das peças substituídas nos tratores, máquinas e implementos agrícolas.
- 29.1.6. Todos os serviços executados, ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação do IFMT Campus São Vicente, na pessoa do Gestor de Frota, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.
- 29.1.7. Na hipótese acima prevista, as oficinas e as concessionárias conveniadas pela CONTRATADA, obrigam-se a executar os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicada à CONTRATADA a não aceitação pelo Gestor de Frota.
- 29.1.8. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo quaisquer vínculos ou obrigações financeiras entre o IFMT Campus São Vicente e tais prestadores de serviço.
- 29.1.9. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, indicar outras empresas para prestação dos serviços acima descritos, de modo a ampliar a rede de atendimento, bem como solicitar o credenciamento de empresas especializadas em serviços não descritos acima, desde que vinculados à manutenção e reparação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, nos prazos previstos no item 5.1.2.
- 29.1.10. A CONTRATADA deverá optar pela rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de tratores, máquinas e implementos agrícolas que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

- a) Possuir microcomputador, impressora e conexão à Internet;
- b) Dispor de ferramenta atualizada para atendimento dos equipamentos da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- c) A oficina deverá ser credenciada pela CONTRATADA em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da solicitação pela CONTRATANTE para novos credenciamentos. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE;
- d) Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção de tratores, máquinas

e implementos agrícolas da CONTRATANTE, nas suas instalações, independentemente da marca;

e) Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;

f) Devolver os equipamentos para a CONTRATANTE em perfeitas condições de funcionamento;

g) Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços e desde que aprovados pela CONTRATANTE;

h) Prestar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar;

i) Estar apta a emissão de notas fiscais eletrônicas, em respeito à legislação tributária vigente.

29.1.11. A CONTRATADA será a única responsável por garantir que as oficinas credenciadas atendam às exigências descritas no item 5.1.10.

29.1.12. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todo e qualquer ato lesivo ao IFMT Campus São Vicente, causado por alguma das empresas conveniadas, no exercício de manutenção prevista no CONTRATO.

29.1.13. A credenciada pela CONTRATADA deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos tratores, máquinas e implementos agrícolas da CONTRATANTE, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Gestor de Frota ou pela comissão especialmente designada pela autoridade competente da CONTRATANTE.

29.1.14. A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos tratores, máquinas e implementos agrícolas, com a apresentação da rede credenciada, deverá dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

5.2 Da Plataforma

5.2.1 A CONTRATADA deverá tornar disponível à CONTRATANTE, plataforma de trabalho em ambiente web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

a) Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time;

b) Recebimento de orçamento on-line/real time, com ferramenta para extração e impressão do orçamento, em formato PDF, para fins de controle e arquivo;

c) Avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços;

d) Cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;

e) Acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado;

f) Sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais, com opções para extração do relatório em formato XML e PDF;

g) Sistemas Tecnológicos integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os equipamentos da CONTRATANTE junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;

h) Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território nacional, e em especial, em todo o Estado do Mato Grosso, preparadas para aceitar transações com as senhas dos usuários dos sistemas;

5.2.2 Todas as operações serão realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), entre o sistema da CONTRATADA e os operadores – servidores autorizados do IFMT Campus São Vicente, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus). A plataforma de trabalho deverá permitir acesso de qualquer terminal conectado à internet, mediante login e senha de usuário.

5.2.3 A CONTRATADA deverá fornecer ferramenta capaz de possibilitar que o Fiscal do Contrato realize, on line, consulta à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, bem como à tabela de tempo de mão de obra, que pode ser o Sistema AUDATEX ou outro instrumento hábil similar, sem nenhum custo adicional para CONTRATANTE.

5.2.4 Os preços das peças deverão ser atualizados de acordo com as alterações do PPS – Preço Público Sugerido, apresentados pelos fabricantes de cada marca ou conforme a gestão da empresa que administra o sistema AUDATEX.

5.2.5 A plataforma deverá permitir a inclusão permanente de novos equipamentos nos bancos de dados (modelos, peças e tempos de mão de obra), além de permitir busca de peças por nome, código ou através da identificação da imagem/figura da peça do equipamento (marca, modelo, ano e motorização).

5.2.6 A plataforma deverá possibilitar ao IFMT Campus São Vicente e Participantes a aquisição, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora de tratores, máquinas e implementos agrícolas e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria especializados e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

a) Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora de tratores, máquinas e implementos agrícolas e embarcações e constantes de seu catálogo; ou

b) Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos equipamentos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo; ou

c) De outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendadas ou indicados pelo fabricante ou montadora de tratores, máquinas e implementos agrícolas, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

5.2.7 A plataforma deverá possibilitar a realização de manutenção preventiva, corretiva e outras prestações de serviços, conforme segue:

5.2.7.1 Manutenção preventiva que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho dos equipamentos, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do mesmo. São exemplos de manutenção preventiva:

- a) Troca de pneus, alinhamento, balanceamento e desempenho de rodas;
- b) Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;
- c) Lubrificação de tratores, máquinas e implementos agrícolas;
- d) Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, etc.;
- e) Substituição de itens do motor;
- f) Limpeza de motor e bicos injetores;
- g) Regulagens de bombas e bicos injetores;
- h) Limpeza e higienização do sistema de ar-condicionado quando houver;
- i) Outros serviços constantes no manual dos tratores, máquinas e implementos agrícolas ou por orientação da equipe de Gestão de Frota do IFMT Campus São Vicente.

5.2.7.2 Manutenção Corretiva ou Pesada que compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do equipamento, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

- a) Serviços de retífica de motor;
- b) Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- c) Serviços de instalação elétrica;
- d) Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- e) Capotaria;
- f) Tapeçaria;
- g) Funilaria e pintura;
- h) Manutenção nos sistemas de arrefecimento, freios, suspensão e direção;
- i) Manutenção no sistema de ar-condicionado quando houver.

5.2.7.3 Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a CONTRATANTE com relação equipamentos ainda em prazo de garantia, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas. Sempre que houver nova aquisição de tratores, máquinas e implementos agrícolas por parte do IFMT Campus São Vicente e Participantes, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, que providenciará o credenciamento das concessionárias das respectivas marcas, nos municípios descritos no **item 5.1.1** e que possuam concessionárias instaladas.

5.2.7.4 Prestação de serviços de mão de obra, que deverão ser realizados através de profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

5.2.8 Serão consideradas como USUÁRIOS os Gestores de Frota, designados para fiscalização e gerência dos serviços, e como GESTORES os Fiscais do Contrato, aos quais a CONTRATADA tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do órgão fiscal;

5.2.9 A plataforma autorizará o faturamento, da empresa credenciada para a CONTRATADA, e da CONTRATADA para a CONTRATANTE, dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos Gestores de Frota, designados pelo IFMT Campus São Vicente;

5.2.10 A plataforma deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, que possibilitem o efetivo controle e gestão das informações sobre os equipamentos, gerência dos usuários e respectivas despesas com serviços gerais de manutenção preventiva e corretiva dos tratores, máquinas e implementos agrícolas automotores, devendo ser disponibilizadas as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

a) Histórico de manutenção dos equipamentos – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa ou tombamento, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças, total de tempo de mão de obra utilizada e identificação do Gestor de Frota que autorizou o serviço ou o fornecimento da peça;

b) Relatório dos orçamentos em abertos;

c) Pesquisa no sistema da garantia de peças e serviços;

d) Histórico dos orçamentos;

e) Histórico da manutenção dos equipamentos;

f) Relatório por analítico por tipo de peça fornecida e por tipo de serviço prestado;

g) Cotação em tempo real (on-line) – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;

h) Pesquisa de cadastro dos equipamentos;

i) Composição dos tratores, máquinas e equipamentos agrícolas e idade média;

j) Relação de serviços por estabelecimentos credenciados;

k) Indicativo de quais oficinas atendem aos requisitos ambientais previstos neste termo, para viabilizar a ordem de preferência na localidade;

l) Relatório de operação de manutenção;

m) Utilização de peças e serviços por estabelecimentos;

n) Custos e quantidade por tipo de manutenção por equipamento;

o) Custos e quantidade por tipo de manutenção por grupo dos tratores, máquinas e implementos agrícolas.;

p) Pesquisa no sistema por preços de peças e serviços;

q) Custos por km e indicadores de gastos quando for o caso.

5.2.11 Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

5.2.12 A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.

5.2.13 A CONTRATADA deverá permitir acesso para o Fiscal do Contrato, bem como aos Gestores de Frota, possibilitando: consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos perfis/níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela CONTRATANTE.

5.2.14 O sistema disponibilizado pela CONTRATADA deve ser compatível com o sistema operacional e Office Linux – Ubuntu, navegadores padrões Mozilla Firefox ou Google Chrome, sendo de responsabilidade da proponente quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

5.2.15 A CONTRATADA deverá fornecer as garantias e segurança da plataforma conforme a seguir:

a) A autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário, pessoal e intransferível;

b) O bloqueio do uso da senha deverá ser on-line e a partir da base operacional definida pela CONTRATANTE, mediante senha/rotina específica;

c) Troca periódica ou validação de senha pessoal;

d) Cancelamento de senha somente pelo Fiscal do Contrato;

e) O uso indevido de senha de USUÁRIO não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Fiscal do Contrato, será considerado falha do sistema e as despesas efetivas serão suportadas pela CONTRATADA.

5.2.16 A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

5.2.17 A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos tratores, máquinas e implementos agrícolas, com fornecimento de peças, deverá dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web da CONTRATADA pelos servidores autorizados vinculados ao IFMT Campus São Vicente.

5.2.18 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos na plataforma da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas do IFMT Campus São Vicente e Participantes não deverá ser superior a 01 (um) dia útil contados da notificação.

5.2.19 A CONTRATADA deverá prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.

5.3 Dos Procedimentos

5.3.1 Para aquisição de peças, a CONTRATANTE, na pessoa do Gestor de Frota selecionará, através do menu de fornecedores para cada região, constante na plataforma, o fornecedor apto a fornecer a peça desejada. Após seleção, o próprio Gestor de Frota abrirá chamada, que será encaminhada pelo sistema ao fornecedor, onde deverá consignar a placa ou tombamento dos equipamentos, a quilometragem

atual e a peça solicitada. O fornecedor verificará, através de pesquisa da placa ou tombamento junto ao banco de dados do sistema web, a marca, modelo e ano de fabricação/modelo do equipamento, e elaborará o orçamento acerca do fornecimento da peça solicitada

5.3.2 A cada necessidade de serviço, o Gestor de Frota, apresentará o equipamento na oficina credenciada, relatando a manutenção a ser realizada.

5.3.2.1 O responsável pelo recebimento do equipamento na empresa credenciada abrirá, através do sistema web, uma Ordem de Serviço, contendo a placa ou tombamento do equipamento, data, hora e quilometragem de entrada, bem como a matrícula do servidor que entregou o equipamento e os defeitos constatados. Mediante a digitação da placa ou do tombamento, o sistema efetuará a migração de todos os dados identificadores do mesmo, que já estarão pré-cadastrados no banco de dados da plataforma. A empresa credenciada fornecerá ao usuário do serviço comprovante de entrega do equipamento, constando a identificação do responsável pelo recebimento do mesmo, data, com breve check-list, onde serão relatadas eventuais avarias preexistentes, bem como pertences que acompanharão os equipamentos. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos advindos da omissão dessas informações.

5.3.3 A CONTRATADA é responsável pelas cotações e negociações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas, e dos acompanhamentos dos prazos e execução dos serviços pela credenciada.

5.3.3.1 O pagamento da CONTRATADA para rede credenciada deverá ser no máximo de 30 dias após a execução dos serviços ou fornecimento de peças, podendo ser esse prazo prorrogado desde que acordado entre a CONTRATADA e as credenciadas.

5.3.3.2 Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos equipamentos devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração sua complexidade e grau de avaria não excedendo a 120 (cento e vinte) horas quando se tratar de manutenção corretiva e no máximo 48 (quarenta e oito) horas para os serviços de pequena monta (manutenções operacionais/preventivas), a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo aos serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor da base.

5.3.4 Caberá exclusivamente ao Fiscal do Contrato consultar o orçamento on-line na plataforma, conferindo:

5.3.4.1 Se os valores das peças e a quantidade de horas técnicas informadas não ultrapassam os valores descritos pelo sistema AUDATEX, ou outro similar, com os devidos descontos, conforme proposta da licitante vencedora.

5.3.4.2 Se os valores das horas técnicas não ultrapassam o valor das horas não ultrapassam o valor de TMO – Tempo de Mão de Obra praticado pelas concessionárias autorizadas de cada marca dos tratores, máquinas e equipamentos agrícolas pertencentes ao IFMT – Campus São Vicente e Participantes, com os devidos descontos, conforme proposta da licitante vencedora.

5.3.4.3 Se foi feito corretamente o cálculo, pela plataforma da CONTRATADA, do valor da taxa de administração, conforme proposta vencedora. A taxa de administração limita-se a uma unidade de taxa mensal por equipamento, independente da quantidade de manutenções sofridas durante o mês pelo mesmo.

5.3.5 O Fiscal do Contrato autorizará a execução de serviço através da plataforma, mediante o uso de senha pessoal e intransferível, declarando eletronicamente a conformidade do orçamento com as regras contidas neste Termo de Referência e proposta vencedora.

5.3.6 A oficina executa os serviços/peças autorizados pela CONTRATANTE.

5.3.7 A CONTRATADA é responsável pelo recebimento e conferência das notas fiscais/faturas das credenciadas, que posteriormente, caso solicitado, serão enviadas à CONTRATANTE.

5.3.8 A CONTRATADA é responsável pela realização de, no mínimo, 3 (três) orçamentos de peças e/ou serviços especializados de manutenção junto à rede de lojas e oficinas credenciadas, devendo obrigatoriamente apresentá-los ao IFMT, cabendo ao gestor de frota analisar e certifica-se através de consulta a fornecedores ou por outros meios que os orçamentos condizem com os valores praticados no mercado, a fim de garantir o menor preço para a CONTRATANTE.

5.3.8.1 Na mesma circunscrição, entre os três orçamentos apresentados deverá ser dada preferência aquelas oficinas que atendam aos requisitos de ambientais previstos neste Termo, desde de que estejam de acordo com o valor com desconto previsto na proposta da licitante vencedora.

5.3.8.2 Na hipótese da credenciada que atenda todas as qualificações ambientais descritas neste termo não ofertar orçamento, ou não existir credenciada na circunscrição que atenda a essas especificações, prevalecerá o critério de menor valor do orçamento.

5.3.8.3 Na impossibilidade de apresentar os 3 (três) orçamentos exigidos, a CONTRATADA deve apresentar justificativa por escrito sobre o não cumprimento desta exigência ao IFMT Campus São Vicente.

5.3.8.4 Não serão aprovados os orçamentos que ultrapassem os limites dos valores de peças e quantidade de mão de obra previstos no sistema AUDATEX, ou outro similar, com os devidos descontos, conforme proposta vencedora. Também serão descartados os orçamentos cujo valor da hora técnica ultrapassar os limites estabelecidos pela rede de concessionários de cada marca, também com o devido desconto, conforme proposta vencedora.

5.3.9 O funcionário orçamentista da empresa credenciada efetuará orçamento detalhado a respeito da manutenção a ser realizada ou peça a ser fornecida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contendo os seguintes dados:

5.3.9.1 Peças a serem substituídas, constando a descrição detalhada e o valor individual de cada peça, o qual será obtido através do sistema AUDATEX.

5.3.9.1.1 Sempre que não constar nas tabelas on-line fornecidas pela CONTRATADA algum valor de peça ou mão de obra, o Fiscal do Contrato deverá comprovar a pesquisa de preço no mercado, registrando todos os dados da consulta na plataforma. A consulta poderá ser feita às tabelas de preços fornecidas pelos fabricantes, nos sítios eletrônicos disponíveis para consulta, na própria loja de venda de peças, ou ainda via telefone, e-mail, ofício, ou pessoalmente, desde que conste registrada na plataforma os dados do orçamento realizado.

5.3.9.2 Para peças exclusivas, onde não haja parâmetros para comparação em razão da existência de um único fornecedor, o gestor fará o registro desta informação na plataforma, que servirá, desde que confirmada, como justificativa para a ausência de comparativos de mercado.

5.3.9.3 Serviços a serem executados, contendo a descrição de cada serviço, com a respectiva quantidade de horas técnicas, conforme sistema AUDATEX, ou outro similar, e o valor individual de cada serviço.

5.3.10 Havendo a necessidade de execução de serviços especializados, cujos valores de peças e/ou o tempo de mão de obra não conste no banco de dados AUDATEX, ou não existam outras empresas para cotação eletrônica, os valores cobrados serão comparados com pesquisa de mercado, realizada pelo Fiscal do Contrato, através de outros fornecedores para o mesmo serviço ou peça, podendo a pesquisa expandir para outras Unidades da Federação, caso não existam outros fornecedores no Estado de Mato Grosso.

5.3.10.1 Entende-se como serviços especializados toda e qualquer manutenção ou reparação de equipamento ou sistema instalado ou adaptado ao equipamento, que não possa ser executado em oficina mecânica ou concessionária autorizada, demandando formação profissional específica e ferramental especial. São exemplos de serviços especializados: manutenção de radiocomunicadores, manutenção de equipamentos de iluminação de emergência, plotagem e adesivagem dos tratores, máquinas e equipamentos agrícolas, confecção de placas, geometria de turbinas, alinhamento de chassi, entre outros. Havendo demanda deste tipo de serviço, o IFMT Campus São Vicente solicitará à CONTRATADA o credenciamento da empresa.

5.3.11 Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da CONTRATADA terão validade mínima de 30 (trinta) dias corridos, período durante o qual não poderá alterar os preços das peças orçadas, independente de flutuações do mercado de autopeças e da data em que a CONTRATANTE autorizar a execução dos serviços. Havendo alteração nos preços praticados pelas montadoras, caberá a CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE as novas tabelas de preços atualizados.

5.3.12 O Fiscal do Contrato poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA e sua rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a oficina credenciada o prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir da rejeição, para refazer ou corrigir os serviços não aceitos. A plataforma de trabalho deverá possibilitar a extração de relatório por empresa credenciada, a fim de controle do nível de excelência no atendimento.

5.3.13 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas/serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do equipamento, devendo as credenciadas pela CONTRATADA abster-se de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto, conforme o que prevê o fabricante do equipamento.

5.3.14 Caso haja inconsistências do serviço prestado com o previsto no edital e seus anexos, a contratada terá o prazo de 3 (três) dias úteis para correção do problema, esse prazo poderá ser aumentado a critério do gestor, dependendo do teor do problema, devendo o mesmo justificar o maior prazo empregado.

5.3.15 Quando houver a necessidade de realização de revisão em garantia, o orçamento da concessionária deverá obedecer à política de preços praticada pelo programa de revisão programada, divulgado pela respectiva montadora.

5.3.16 No caso dos tratores, máquinas e implementos agrícolas que sofreram modificações estruturais, pela especificidade das atividades desenvolvidas, e conseqüentemente as peças também sofreram adaptações (partes mecânicas e/ou elétricas), informar que o parâmetro de comparação não levará mais em conta a originalidade inicial (antes da modificação), mas sim aquela configuração apresentada desde o início do uso pelo IFMT Campus São Vicente.

5.3.17 Poderão ser trocadas todas as peças que compõem o equipamento, inclusive peças dos acessórios que os compõem, desde que o orçamento não ultrapasse a importância de 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do equipamento, nos termos do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

5.3.18.1 Fica estabelecido o uso da tabela IPMA - ÍNDICE DE PREÇOS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS para consulta do valor de mercado de tratores, máquinas e equipamentos agrícolas a serem consertados.

5.3.19 Os estabelecimentos credenciados obrigam-se a reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.

5.3.20 Cada Gestor de Frota responsável pela unidade de lotação dos equipamentos a ser mantida deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças originais, objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências. Após a conclusão dos serviços, o Fiscal de Frota encaminhará ao Fiscal do Contrato um comunicado informando que as peças fornecidas e os serviços executados correspondem fielmente às especificações deste Termo de Referência.

30. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

30.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1 A recepção dos serviços não implica na sua aceitação definitiva, que dependerá da verificação da qualidade dos mesmos pelo Gestor de Frota responsável pela unidade de lotação dos tratores, máquinas e implementos agrícolas a ser mantida, designado para tal, pela CONTRATANTE.

6.1.2 – O Gestor de Frota, ao receber o equipamento, deverá submetê-lo a testes de condução, até certificar-se que a manutenção foi executada a contento. Havendo qualquer inconsistência, deverá retornar o equipamento à oficina, para que sejam corrigidas eventuais falhas de execução do serviço. Após certificar-se de que não há pendências a regularizar, enviará um comunicado, via e-mail, ao Fiscal do Contrato, atestando a conclusão da manutenção e autorizando seu faturamento pela credenciada à CONTRATADA.

6.1.3 - Ocorrendo inconsistência no serviço executado e recusa da credenciada na solução da pendência, o Gestor de Frota deverá enviar comunicação circunstanciada ao Fiscal do Contrato, que acionará a CONTRATADA para interceder junto à credenciada, viabilizando a solução do conflito. Enquanto não se verificar a solução da pendência, ainda que a CONTRATADA já tenha emitido nota fiscal, o valor correspondente ao serviço pendente será glosado, somente sendo pago após resolução plena do defeito constatado. O mesmo disposto aplica-se à recusa, por parte da credenciada, no fornecimento de peças, suprimentos e acessórios, ou fornecimento em desacordo com os padrões de qualidade.

6.1.4 No caso de fornecimento de peças, suprimentos ou acessórios em desacordo com os padrões de qualidade, os materiais recusados serão devolvidos à credenciada, devendo o valor ser glosado integralmente, caso já tenha sido emitida nota fiscal, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo fornecimento, através de outro fornecedor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.5 Os custos para substituição das peças rejeitadas, bem como da correção de inconsistências de serviços realizados, correrão por conta da CONTRATADA.

30.2. Prestados os serviços e/ou fornecidas às peças, que serão recebidos da seguinte forma:

6.2.1. Provisoriamente pelo FISCAL, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste e da proposta, no prazo de três dias;

6.2.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, verificada a qualidade e quantidade com aprovação do serviço no sistema.

30.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civis e penais da CONTRATADA.

30.4. Tendo ocorrido o recebimento definitivo, no momento da utilização, caso aconteça de apresentar quaisquer defeitos, deverá ser obrigatoriamente substituído, durante todo o período de garantia no prazo de 5 dias úteis a contar da comunicação formal pela CONTRATANTE sob

pena de incorrer em ato que justifique aplicação de sanção administrativa;

6.4.1. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, a entrega de produto em desacordo com as especificações técnicas exigidas..

30.5. Do Preposto e Suas Atribuições.

6.5.1 Credenciar, junto ao IFMT Campus São Vicente, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixo e celulares, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato CONTRATANTE-CONTRATADA, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados.

6.5.2 O IFMT Campus São Vicente se reserva o direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição de prepostos da CONTRATADA, uma vez constatando o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função que lhe foi cometida.

31. DOS TREINAMENTOS

31.1. A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, o treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da plataforma. O treinamento poderá ser presencial, on line, através de videoconferência ou mediante manuais em mídia removível. Sendo presencial, será realizado nas cidades contempladas com instalações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, onde haverá, pelo menos, 02 (dois) servidores responsáveis pelo acompanhamento dos serviços executados.

31.2. O treinamento para o fiscal de contrato deverá ser realizado imediatamente após a disponibilidade da plataforma.

31.3. O treinamento para os Gestores de Frota deverá ocorrer em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a disponibilidade da plataforma.

31.4. A CONTRATADA será responsável, às suas expensas, pelos custos de realização de todo o treinamento dos Gestores de Frota e dos representantes dos estabelecimentos credenciados, no que se refere à utilização da plataforma.

31.5. A CONTRATADA deverá oferecer novo treinamento, nos mesmos prazos previstos nos itens 7.2 e 7.3, sempre que ocorrer:

7.5.1. Qualquer alteração no sistema da CONTRATADA;

7.5.2 - Inclusão ou substituição de algum Gestor de Frota;

7.5.3 - Inclusão ou substituição de alguma empresa da rede credenciada.

31.6. Será considerado como USUÁRIO todo servidor das unidades administrativas determinadas pelo IFMT Campus São Vicente, sendo designados servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA disponibilizará todo o treinamento

necessário para que possam utilizar corretamente o sistema, como também fornecerá senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do Fiscal do Contrato, que lhe serão formalmente indicados.

32. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 32.1. A execução dos serviços será iniciada em até 30 dias após a assinatura do contrato.
- 32.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 32.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 32.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 32.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 32.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

33. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 33.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 33.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 33.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 33.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 33.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 33.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.
- 33.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

34. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 34.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 34.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 34.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 34.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 34.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 34.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 34.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 34.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 34.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 34.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 34.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 34.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na

condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

34.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

34.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

34.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

34.16. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

34.17. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

34.18. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA todo o investimento necessário com:

a) Implantação do sistema, tais como: instalação, gravação e transmissão de dados, migração, backup, segurança e credenciamento da rede de empresas fornecedoras;

b) Manutenção do sistema e treinamento do pessoal;

c) Fornecimento de manuais de operação;

d) Operação e controle dos sistemas web utilizados, o que inclui todos os recursos técnicos, materiais e humanos;

e) Manutenção permanente de modo a não incorrer na descontinuidade dos serviços; f) Todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto do contrato.

34.19. A CONTRATADA deverá treinar e capacitar, nos prazos previstos, os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, de acordo com o perfil de cada USUÁRIO;

34.20. A CONTRATADA deverá fornecer, nos prazos previstos neste termo, relação completa das oficinas conveniadas e comunicar a CONTRATANTE qualquer acréscimo ou supressão ocorrida;

34.21. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

34.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na

condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 34.23. A CONTRATADA deverá garantir que não seja executada qualquer manutenção em tratores, máquinas e implementos agrícolas que não estejam cadastrados na frota da CONTRATANTE, bem como não seja autorizada nenhuma execução de serviço ou fornecimento de peças sem prévia autorização do Gestor de Frota, mediante uso de senha pessoal;
- 34.24. A CONTRATADA responsabiliza-se pela guarda e segurança dos tratores, máquinas e equipamentos agrícolas enviados para manutenção nas oficinas/concessionárias credenciadas.
- 34.25. Os vícios e danos decorrentes da execução do objeto, que a Administração não tenha dado causa, serão suportados pela CONTRATADA, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 34.26. A CONTRATADA deverá nomear e manter preposto para representá-la perante a CONTRATANTE e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato;
- 34.27. A CONTRATADA deverá facilitar a ação de fiscalização do IFMT Campus São Vicente, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e às exigências por ela apresentadas;
- 34.28. A CONTRATADA obriga-se a atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, inclusive eventuais falhas em seu sistema, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a Administração;
- 34.29. A CONTRATADA arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza resultantes da execução do contrato, preservando o IFMT Campus São Vicente de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato;
- 34.30. A CONTRATADA se responsabiliza pelo fiel e pontual pagamento à rede credenciada pelos serviços prestados e fornecimento de peças e acessórios originais aos equipamentos do IFMT Campus São Vicente, fornecendo mensalmente à CONTRATANTE, juntamente com as Notas Fiscais de peças e serviços, declaração de que não constam pendências financeiras para com a rede credenciada, responsabilizando-se civil e criminalmente pela falsidade das informações;
- 34.31. A CONTRATADA deverá acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, por escrito, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se, ainda, a atender prontamente a todas as reclamações atinentes, a quaisquer aspectos da execução contratual;
- 34.32. A CONTRATADA deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato, inclusive de todos os elementos necessários à manutenção e o correto funcionamento dos sistemas empregados;

- 34.33. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 34.34. A CONTRATADA deverá informar às credenciadas que elas serão sempre as responsáveis por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 34.35. A CONTRATADA responderá civil e administrativamente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à Administração Pública, ou a terceiros, em razão da execução dos serviços.
- 34.36. A CONTRATADA deverá recompor o valor da garantia contratual sempre que a anterior vença ou tenha o seu valor reduzido em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda sempre que ocorrer modificação no valor do contrato, durante a sua vigência.
- 34.37. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 34.38. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 34.39. Disponibilizar relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos, manutenção por equipamento e centro de custo que demonstrem ao gestor da frota:
- a) Consolidação dos dados armazenados no sistema, de forma a obter relatórios gerais e individuais por meio da internet;
 - b) Necessidade de troca de óleo, de manutenção preventiva, com base na quilometragem percorrida ou tempo transcorrido quando for o caso;
 - c) Eventuais inconsistências de operação realizada;
- 34.40. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante conter no mínimo:
- a) Histórico de manutenção por período, por tipo de equipamento, por placa/patrimônio, por tipo de frota, por centro de custo, por estabelecimento, com descrição do valor unitário e total de peças e de mão de obra;
 - b) Ordem de serviço cadastrada;
 - c) Comparativo de valor negociado na ordem de serviço;
 - d) Registro de garantia de peças e serviços;
 - e) Histórico de orçamentos;
 - f) Relatório de custos por tipo de equipamento e centro de custo;

g) Composição: com ano de fabricação, tipo de equipamento, modelo, centro de custo, placas ou tombamento e demais dados de identificação;

h) Relação completa da rede credenciada;

i) Tempo de imobilização do equipamento;

j) Custo por tipo de manutenção (operacional, preventiva e/ou corretiva);

k) Custo mensal e anual dos serviços e peças, separadamente por período, equipamento, Unidade Administrativa, Base de Gerenciamento e Centro de Custo;

l) Total de tratores, máquinas e implementos agrícolas mantidos por mês e ano;

m) Total de manutenções realizadas por equipamentos por mês e ano.

34.41. Os relatórios disponibilizados pela Contratada deverão sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante conter no mínimo:

34.42. Deverá fornecer, mensalmente, Nota Fiscal única, com a consolidação financeira dos serviços prestados, discriminado o total com peças e mão de obra e taxa de administração, separadamente.

34.43. Enviar com a nota fiscal, relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, constando demonstrativo de compras, discriminação do valor de peças adquiridas, serviços prestados, descontos praticados, taxa de administração, bem como comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

34.44. Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, no escopo do Contrato, prestando, formalmente todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se, ainda, a atender prontamente as reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual.

34.45. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza dos seus profissionais, preservando o IFMT Campus São Vicente e Participantes de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, resultantes da execução do contrato.

34.46. Prestar Manutenção preventiva que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do equipamento, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do equipamento. São exemplos de manutenção preventiva:

a) Troca de pneus, alinhamento, balanceamento e desempenho de rodas;

b) Troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento;

c) Lubrificação de tratores, máquinas e implementos agrícolas;

- d) Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, etc.;
- e) Substituição de itens do motor;
- f) Limpeza de motor e bicos injetores;
- g) Regulagens de bombas e bicos injetores;
- h) Limpeza e higienização do sistema de ar-condicionado quando for o caso;
- i) Outros serviços constantes no manual dos tratores, máquinas e equipamentos agrícolas ou por orientação da equipe de Gestão de Frota do IFMT Campus São Vicente e Participantes.

34.47. Prestar Manutenção Corretiva ou Pesada que compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do equipamento, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

- a) Serviços de retífica de motor;
- b) Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- c) Serviços de instalação elétrica;
- d) Serviços no sistema de injeção eletrônica;
- e) Capotaria;
- f) Tapeçaria;
- g) Funilaria e pintura;
- h) Manutenção nos sistemas de arrefecimento, freios, suspensão e direção;
- i) Manutenção no sistema de ar-condicionado quando houver.quando houver.

34.48. Prestar Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a CONTRATANTE com relação aos tratores, máquinas e equipamentos agrícolas ainda em prazo de garantia, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas. Sempre que houver nova aquisição de tratores, máquinas e implementos agrícolas por parte do IFMT Campus São Vicente e Participantes, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, que providenciará o credenciamento das concessionárias das respectivas marcas, nos municípios descritos no **item 5.1.1** e que possuam concessionárias instaladas.

34.49. Prestar de serviços de mão de obra, através de profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

34.50. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

35. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

36. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

36.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

37. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

37.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

37.2. Serão designados como Fiscais do Contrato servidores para conferir e autorizar orçamentos e executar, operacionalmente, as ações de acompanhamento físico controle e fiscalização do CONTRATO, desempenhando o papel de representante da Administração de que trata o artigo 67 da Lei 8.666/93, devendo ter acesso a todas as ferramentas disponibilizadas pela plataforma de trabalho implantada pela CONTRATADA.

37.3. Serão designados como Gestores de Frota os servidores designados pela direção do IFMT Campus São Vicente, os quais terão como função encaminhar os tratores, máquinas e equipamentos agrícolas sob sua gestão para a rede credenciada e acompanhar a execução dos serviços, devendo ter acesso limitado à plataforma de trabalho implantada pela CONTRATADA.

37.4. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

37.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

37.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

37.7. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente

realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

37.8. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

37.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

37.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

37.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

37.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

38. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

38.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

38.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

38.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

38.1.3. Fraudar na execução do contrato;

38.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

38.1.5. Cometer fraude fiscal;

38.1.6. Não mantiver a proposta.

38.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

38.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem

prejuízos significativos para a Contratante;

38.2.2. Multa moratória de 02.% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

38.2.3. Multa compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

38.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

38.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

38.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

38.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

38.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

38.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

38.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

38.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

38.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

38.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

38.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15 DO PAGAMENTO

15.1 A CONTRATADA emitirá mensalmente as notas fiscais dos serviços executados e das peças fornecidas pela rede credenciada, compilando todos os valores gastos durante o mês em duas notas fiscais distintas, uma para serviço e outra para peças. O valor correspondente à taxa de administração deverá estar discriminado e lançado na nota fiscal de serviços.

15.2 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação das notas fiscais, em duas vias, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura e data de aceitação e atesto dos serviços realizados pelo setor competente da CONTRATANTE.

15.2.1 - Caso o valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8666/93 o pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

15.3 A nota fiscal deverá ser entregue até o 6º dia útil subsequente ao término do mês de prestação de serviço/fornecimento da peça. Após esse prazo a CONTRATADA enquadrar-se-á na ocorrência prevista no indicador 6 do Acordo de Nível de Serviço e a partir do encerramento do mês subsequente ao da prestação de serviço sem a entrega de nota fiscal, incorrerá em multa, sem prejuízo de juros e multas de impostos que a CONTRATADA poderá incorrer por atraso no pagamento de impostos.

15.4 As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, em nome da

CONTRATANTE e nelas deverão constar os seguintes dados:

- a) BANCO - número e nome;
- b) AGÊNCIA - número e nome;
- c) CONTA – número;
- d) Especificar alíquota do imposto a ser retido na fonte.

15.5 Os dados especificados do **item 15.4** deverão ser os mesmos em todas as notas fiscais apresentadas mensalmente.

15.6 Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação dos gastos pelos relatórios relacionados no **item 15.7**, devidamente atualizados. Caso haja alguma pane na plataforma para retirada desses dados, o pagamento da nota ficará suspensa até a emissão dos mesmos.

15.7 Para efeitos de conferência e posterior ateste da fatura, o Fiscal do Contrato juntará às notas fiscais relatório analítico das transações efetuadas no período, extraído do sistema, constando os seguintes dados:

- I) Placa ou tombamento dos tratores, máquinas e implementos agrícolas;
- II) Empresa credenciada que realizou o serviço ou forneceu a peça;
- III) Número da Ordem de Serviço gerada;
- IV) Valor total dos serviços executados;
- V) Valor total das peças aplicadas ou fornecidas;
- VI) Nome e matrícula do servidor que conferiu o orçamento, autorizou a execução do serviço ou fornecimento de peças e atestou a conclusão do serviço ou recebimento das peças.

15.8 As despesas que apresentarem cobranças divergentes da forma estabelecida neste Termo de Referência, sob nenhuma hipótese serão quitadas pela CONTRATANTE.

15.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15.10 As Faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, não se admitindo Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filiais ou da matriz.

15.11 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.

15.12 A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

15.13 Quando do pagamento a ser efetuado pelo IFMT Campus São Vicente, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida da União, FGTS) tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE” (via terminal SIASG/SICAF), cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

15.13.1 Também serão verificadas as seguintes certidões:

a) Cadastro Nacional de Condenações por ato de improbidade administrativa do CNJ, conforme Acórdão TCU 1793/2011- Plenário;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal

Transferência, conforme Acórdão TCU 1793/2011- Plenário;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

15.13.2 Eventual situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

15.14 Na hipótese de atraso do pagamento, fora do prazo estabelecido, excetuando-se os resultados de caso fortuito ou força maior, cuja nota fiscal foi devidamente atestada e protocolada, em que a CONTRATADA não haja concorrido em motivo para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente, a partir do 1º dia útil após a data limite estipulada até a data do efetivo pagamento, o percentual de correção será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

15.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.16 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando o contratado não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas devidamente avaliadas pelo Acordo de Níveis de Serviço.

16 DA RESCISÃO

16.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado na prestação do serviço;
- e) A paralisação na prestação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização do contrato;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A instauração de insolvência civil ou a decretação de falência;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere ao contrato;

- m) A supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso, superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área ou local para o fornecimento do bem adquirido;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.2 A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos especificados nas alíneas "a" a "l" "q" e "r" do **subitem 16.1 deste item**;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

16.3 A rescisão do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93.

16.4 Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 do referido diploma legal.

17 DA NATUREZA DOS SERVIÇOS E DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 Os serviços a serem contratados, na forma proposta neste Termo de Referência, têm caráter de natureza continuada, ou seja, devem estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Por tratarem-se da execução de rotinas complementares não podem sofrer solução de continuidade, porque sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração, incorrendo em prejuízo à sociedade.

17.2 Em face do exposto os serviços, objeto da pretensa contratação, estão perfeitamente enquadrados como serviços continuados, na forma definida no Anexo IA da Nº 03/2009 e estabelecida no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/1993.

17.3 Os serviços se enquadram na classificação de serviços comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas do mercado, podendo ser especificados e têm as suas características de desempenho estabelecidos de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto 5.450, de 2005.

18 – DA PRORROGAÇÃO

18.1 O contrato pode ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

18.2 Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

18.3 A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão.

18.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5 Quando da prorrogação contratual, a CONTRATANTE assegurará que os preços contratados continuem compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação.

19 DO REAJUSTE

19.1 Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que observado o interregno mínimo de 1(um) ano, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

19.1.1 O valor contratado poderá ser reajustado, utilizando-se para tanto o **Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, – tabela de índice acumulado no ano (em %) relativo ao mês de aniversário do interregno de, no mínimo um ano, conforme o prazo estipulado no item 19.1.

19.1.2 O índice acumulado no ano incidirá Somente sobre o valor unitário da taxa de administração, conforme proposta vencedora, sendo o resultado limitado a quatro casas decimais. O resultado do novo valor anual será obtido, da seguinte forma: Valor da taxa de administração corrigido multiplicado pela quantidade prevista para o item e deverá ser arredondado para duas casas decimais.

19.1.3 Caso a licitante opte em sua proposta não repassar à contratante o custo da taxa de administração, ou seja, ofereça o valor de R\$ 0,00 para o item 1 - taxa de administração, não poderá pleitear reajuste para a mesma.

19.1.4 A porcentagem de desconto ofertada, itens 2 a 11, permanece inalterada.

19.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

19.2.1 Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital;

19.2.2 Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

19.3 O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

19.3.1 Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

19.3.2 Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

19.4 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

19.5 Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

19.5.1 A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;

19.5.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

19.6 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE

ANEXO II
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso – Campus São Vicente**, com sede na Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Campo Verde - MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.784.782.0005-84, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nº portador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **01/2017**, publicada no de/...../20....., processo administrativo nº 23197.027289.2015-44, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

39. DO OBJETO

39.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender MÁQUINAS, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS pertencentes ao IFMT – Campus São Vicente, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa e Juína, conforme condições, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº 01/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

40. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

40.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Demanda Campus São Vicente - Gerenciador					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de	Valor Máximo Total aceito.

				Adm.)	
1	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus São Vicente.		150		
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
2	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente.	Horas			
3	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente	KIT			

41. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

41.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

CAMPUS	ENDEREÇO
SÃO VICENTE	RODOVIA BR-364, KM 329, S/N, CAMPO VERDE/MT
CÁCERES	AV. DOS RAMIRES, S/N, CÁCERES/MT
CAMPO NOVO DO PARECIS	RODOVIA MT 235, KM 12, ZONA RURAL, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT
JUÍNA	LINHA J, S/N, SETOR CHÁCARA, ZONA RURAL, JUÍNA/MT

CONFRESSA	AV. VILMAR FERNANDES, Nº 300,
-----------	-------------------------------

42. VALIDADE DA ATA

- 42.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura não podendo ser prorrogada.

43. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 43.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

- 43.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

- 43.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

- 43.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

- 43.4.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

- 43.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 43.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- 43.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

- 43.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

- 43.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- 43.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

- 43.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

- 43.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

43.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

43.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

43.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

43.9.1. Por razão de interesse público; ou

43.9.2. A pedido do fornecedor.

44. CONDIÇÕES GERAIS

44.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

44.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

44.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Vicente da Serra, ____ de _____ de 2017

CONTRATANTE

José Luis de Siqueira

CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL FORNECEDOR

Diretor-Geral

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

IFMT – Campus São Vicente

CPF:

RG:

TESTEMUNHA:

Nome:

CPF:

RG:

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:

RG:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

CAMPUS SÃO VICENTE

ANEXO III

MINUTA TERMO DE CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

(Exs.: manutenção de elevadores, veículos, de condicionadores de ar e predial, fornecimento de passagens aéreas, locação de impressoras e máquinas reprográficas, telefonia, lavanderia)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO (A) E A
EMPRESA

A União, por intermédio do ***Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso – Campus São Vicente***, com sede na Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Campo Verde - MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.784.782.0005-84, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 23197.027289.2015-44 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

45. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

45.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, junto à rede de oficinas credenciadas, centros automotivos e concessionárias autorizadas, com fornecimento de peças e acessórios originais de reposição, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, mediante a utilização de sistema informatizado via internet e de recursos tecnológicos para atender MÁQUINAS, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

pertencentes ao IFMT – Campus São Vicente, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

45.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

45.3. Objeto da contratação:

<i>Demanda Campus São Vicente - Gerenciador</i>					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.
1	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus São Vicente.		150		
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
2	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente.	Horas			
3	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente	KIT			

46. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

46.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

46.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

46.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

46.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

46.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

46.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

46.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

47. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

47.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

47.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

47.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

48. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

48.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26414

Fonte: 0112

Programa de Trabalho: 108871

Elemento de Despesa: 339039-19; 339030-39; 339039-25

48.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

49. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

49.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

50. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

50.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do **Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

50.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

51. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

51.1. *A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, observadas as condições previstas no Edital.*

52. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

52.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

53. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

53.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

54. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

54.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

55. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

55.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

55.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

55.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

55.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

55.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

55.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

55.4.3. Indenizações e multas.

56. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

56.1. É vedado à CONTRATADA:

56.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

56.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

57. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

57.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

57.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

57.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

57.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

58. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

58.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

59. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

59.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

60. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

60.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Cuiabá - MT - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Vicente da Serra-MT, de..... de 2017

CONTRATANTE

JOSÉ LUIZ DE SIQUEIRA

Diretor-Geral

IFMT – Campus São Vicente

CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL FORNECEDOR

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF:

RG:

TESTEMUNHA:

Nome:

CPF:

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:

RG:

RG:

P a p e l T i m b r a d o d a E m p r e s a

A N E X O I V

MODELO DE PROPOSTA

Ào IFMT - Campus São Vicente

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2017 (SRP)**.

1. DADOS DA EMPRESA

Nome/Razão Social da Empresa:

CNPJ: Inscrição Estadual/Municipal ou do Distrito Federal:

Endereço:

Contato/Responsável:

Telefone:

Fax:

E-mail:

2. DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco:

nº do Banco:

Nome da Agência:

nº da Agência:

Conta Corrente:

3. DECLARAÇÕES

3.1. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital deste Pregão, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.

Demanda Campus São Vicente - Gerenciador					
Item	Especificação		QT Unidade de Taxa	Valor Un. (Valor Máx. de taxa de Adm.)	Valor Máximo Total aceito.
	Gerenciamento e Administração, COMPARTILHADA envolvendo: a manutenção em geral (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios				

1	utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via internet - WEB, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de lojas e oficinas credenciadas pela Contratada para atender os tratores, máquinas e implementos agrícolas do IFMT Campus São Vicente.		150		
Item	Especificação	Unidad e	Quant.	Valor Un. estimado	Valor Total Estimado
2	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva(mecânica, elétrica, retifica de motor, tapeçaria, estofamento, solda, funilaria, pintura, montagem e desmontagem de pneus e alinhamento de direção de: tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente.	Horas			
3	Fornecimento de peças para os tratores, máquinas e implementos agrícolas pertencentes ao IFMT Campus São Vicente	KIT			

Local

Data e assinatura

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa....., inscrita no CNPJ (MF) nº, Inscrição Estadual nº, estabelecida em....., possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato
--------------------------	----------	-------------------------	----------------------------

Valor Total dos Contratos:			